

Audição na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Exmas Senhoras Deputadas

Exmos Senhores Deputados

Apresento-me hoje aqui como professora de Matemática e em nome de muitos, atrevo-me a dizer vários milhares de professores de Matemática e muitos outros professores – do 1º ciclo ao ensino superior – para quem o ensino da Matemática é parte essencial da sua tarefa educativa e profissional.

Apresento-me e dou voz à estupefação, primeiro, à indignação, depois e, por fim a alguma tristeza e desânimo que, enquanto colega mas também na condição de presidente da APM, fui ouvindo e percebendo desde que, em junho de 2012, sem nada que o justificasse, foram conhecidas as Metas Curriculares para a Matemática no Ensino Básico.

Deixem-me recordar brevemente os anos de trabalho na melhoria do ensino da Matemática: iniciado em meados dos anos 80 do século passado, estendeu-se a todos os países com quem partilhamos cultura e princípios democráticos, um vasto movimento de renovação curricular. Neste movimento, que rapidamente chegou a Portugal, muitos professores se envolveram e, na sequência da consolidação dos seus princípios didáticos e metodológicos, muitos professores se formaram. Estes princípios passam por abordagens, no âmbito do ensino da Matemática, capazes de envolver os alunos em aprendizagens com compreensão e significado, contextualizadas, mais próximas da própria natureza da Matemática e por isso mais exigentes também para quem aprende e para quem ensina, mas mais adequados às exigências atuais de uma educação matemática pertinente e de qualidade.

Este investimento teve mais recentemente, em Portugal, desde 2005 uma concretização importante no Plano de Ação para a Matemática (o PAM) que, de entre as suas 15 medidas, contemplou um programa de formação em Matemática para os professores do 1º e 2º ciclos, no qual se formaram mais de 19000 professores do ensino público português, durante seis anos, focado na matemática escolar segundo as orientações curriculares cientificamente validadas; contemplou um plano de apoio em Matemática nas escolas, em especial para os alunos com mais dificuldades, abrangendo todo o país, com a adesão de 93% dos agrupamentos de escola/escolas não agrupadas públicas com ensino básico do Continente; culminou com o reajustamento do programa de Matemática para todo o Ensino Básico que se converteu, de facto, num novo programa e no qual convergiram os estudos e as experiências que se vinham fazendo e as melhorias que se iam conseguindo. Esse programa constitui-se como um todo coerente, estruturado, rico em indicações

metodológicas e sugestões para a avaliação. Enquanto proposta, teve um período alargado de debate (mais de 3 meses) e foi homologado em 2007, passando depois por uma fase de experimentação, avaliação da mesma, e implementação. A sua experimentação e generalização envolveu, como referi, milhares de professores numa lógica formativa que envolveu centenas de professores acompanhantes e se baseou no debate e trabalho conjunto das equipas de professores que estudaram, refletiram, produziram materiais e documentos...

Percebíamos nós professores nas salas de aula que a aposta neste trabalho começava a dar os seus frutos, quer na adesão dos alunos, não só afetiva — e não digamos que ultrapassar o medo, a rejeição ou o desinteresse pela Matemática é uma questão menor — mas também no envolvimento cognitivo no trabalho da aula com consequente melhoria das aprendizagens.

Não quero com isto dizer que tudo estava bem, que se tinha encontrado a panaceia para as dificuldades do ensinar e aprender Matemática. Somos conscientes que estamos perante uma disciplina e uma área do saber difícil. Mas estávamos a melhorar! E não era só o nosso conhecimento empírico da realidade que pisávamos que o dizia. Foram também os estudos nacionais, com os relatórios do Programa de formação contínua e do Plano da Matemática e da avaliação da experimentação do programa. E foram também os resultados dos estudos internacionais.

No PISA2009 (alunos do 9º ano) e no que à Matemática diz respeito, Portugal é o 4.º país que mais progrediu em literacia matemática, verificando-se uma melhoria significativa (um aumento de 21 pontos, quando comparados com os resultados obtidos em 2003 e 2006 – 466 em ambos, para 487). Tal facto leva a uma aproximação à média da OCDE que foi de 496. Verificou-se ainda uma redução da percentagem de resultados de nível 1 ou abaixo de 1 e o aumento de níveis mais elevados, surgindo pela primeira vez alunos com resultados no nível 6.

No TIMSS2011 (alunos do 4º ano) Portugal foi um dos países que mais melhorou em relação ao desempenho dos seus alunos: desde 1995 (último ano em que se tinha participado) o seu aumento está situada na faixa dos países com um incremento de mais de 40 pontos, mas na realidade foi mesmo de 90 pontos (a Austrália, a Coreia e os EUA aumentaram 20 pontos, por exemplo) tendo Portugal ficado em 15º lugar num total de 50 países e com um resultado acima do valor central.

Daí a estupefação! Quando foram divulgadas, as MC eram para nós um documento inacreditável: não só contrariavam fortemente o programa – o que, convenhamos, é um absurdo – como configuravam um retrocesso que não pensávamos já possível,

para além de apontar para um forte condicionalismo à ação do professor, restringindo e constringendo fortemente a sua autonomia.

A partir daí assistimos a um desenrolar de acontecimentos que nos levou da incredulidade à indignação. Terão certamente conhecimento desse processo ou serviços fornecidos, no âmbito da análise desta petição, elementos suficientes para o poderem conhecer com propriedade.

O que nos fica, vivido este processo é o sentimento de uma profunda indignidade e até alguma revolta: ver todo o trabalho feito desperdiçado – desperdiçado também o investimento financeiro, quer o que se tinha feito no âmbito do programa de 2007 (que apenas em 2013 terminou a sua generalização), quer o que se está a fazer com estas MC e com este outro programa (nunca fui capaz de lhe chamar “novo” programa).

Assistimos a um processo que vai ao arrepio de tudo o que seriamente se deve fazer em educação: não andar sempre a mudar, não mudar sem razões que devem ser fruto de avaliação daquilo que foi feito e da análise dos resultados dessa avaliação.

Mudou-se sem qualquer apoio ou justificação em razões científicas e em sentido contrário ao dos países de referência neste âmbito.

Mudou-se apressadamente, atropelando etapas, sem rigor: decretam-se metas que contrariam um programa e perante a indignação geral... mudam-se as metas? Não, muda-se apressadamente o programa de acordo com as metas...! Um programa homologado em junho para entrar em vigor em setembro... do mesmo ano! Formação de professores – 1 por escola – feita apressadamente em regime de cursos de 15 horas onde a “matéria” é dada a turmas de professores e a decorrer, na sua quase totalidade, desde setembro, sendo que em dezembro ainda se prevê o início de formação dos professores que, no entanto, já leccionam desde o início do ano letivo... Os Manuais tinham sido escolhidos em anos anteriores e deveriam durar alguns anos mas... mudaram efetivamente, mesmo contrariando a lei!

Falei-vos de desânimo e de indignação.

Mas a vocação de um professor é ser um construtor de esperança; não é em vão que todos os anos recomeçamos com crianças e jovens que irão construir o futuro.

Esperança porque sabemos que por muito más que sejam as condições, na sala de aula nós somos pessoal e intransmissivelmente responsáveis pelo trabalho educativo do qual não queremos desistir.

E foi essa esperança – essa réstia de esperança – que nos fez não baixar os braços e lutar. Daí esta petição que, durante apenas um mês (julho), recolheu mais de 2000 assinaturas e foi precedida por uma massiva tomada de posição das instituições do ensino superior que formam professores em Matemática, desde as ESES às Universidades.

Por isso vos vimos pedir que considerem o teor desta petição. O que está a ser feito no âmbito do ensino da Matemática, a persistir, vai certamente causar, em pouco tempo, inversão nos avanços feitos; vai afastar Portugal dos currículos de matemática dos países com os quais nos queremos comparar, vai minar o entusiasmo dos educadores e dos alunos e voltará a trazer à Matemática escolar aquela imagem cinzenta, formalista, inatingível, incompreensível e segregadora de que muitos ainda se recordam e que a muitos certamente afetou.

Muito obrigada!

Lurdes Figueiral
8 de outubro de 2013